



A realidade e a verdade nas tramas do fazer a pesquisa social

The reality and the truth in the plots of making social science

Paulo Meksenas

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O presente artigo é o resultado de reflexão sobre os conceitos de realidade e verdade, circunscritos aos processos sociais e capazes de gerar perspectivas no modo como definimos o conhecimento. Neste campo de interesse, destaco as tensões nas relações sociais que são orientadas pelo senso comum e, atualmente, postas em destaque por pesquisas em ciências humanas que, cada vez mais, valorizam as metodologias qualitativas. Além disso, este artigo discute algumas das especificidades do fazer ciência para refletir sobre a múltipla interpretação do real, que produz designações tais como “teoria verdadeira” e “teoria falsa” no âmbito do conhecimento científico.

Palavras-chave: Realidade e Verdade, Pesquisa Social e Conhecimento, Senso Comum e Ciência.

Abstract

This paper results from a reflection about the concepts of reality and truth, both inside the social processes and able to produce perspectives in how we define knowledge. In this interest field, I underline the social relations tensions oriented by the common sense that are actually very important in Human Sciences researches that more and more valorize the qualitative methodologies. Beyond that, the paper discusses some of particularities of doing science for reflecting on the multiple interpretation of real, that product expressions like “true theory” and “false theory” in scientific field.

Keywords: Reality and Truth, Social Research and knowledge, Common Sense and Science.



Quando um integrante de uma comunidade de cientistas escreve com a perspectiva de discutir a qualidade de uma determinada produção acadêmica e acerca de um tema ou conceito, dentro de um campo que advém das Ciências Humanas, costuma se reportar à discussão dos pressupostos epistemológicos de um determinado método; pô-lo em questão ou indicar o seu relativo uso por alguns cientistas ou, em caso extremo, apontar a falibilidade do método em foco.

Os autores dos denominados *estados da arte*, na forma ligeira que se pode apresentar dentro de artigos ou, profundamente contidos, em dissertações e teses, buscam (re)visitar uma soma significativa de diferentes estudos de um mesmo tema ou conceito, porém, o praxe é questionar as tendências dominantes no uso de determinados métodos. Por outro lado, não se pode ignorar o principal mérito desses autores e de suas pesquisas que, centradas nos *estados da arte*, permitem uma construção da visão de totalidade em determinado campo do conhecimento. Com isso, captar os lugares-comuns e exaustivamente estudados; indicar novas direções teóricas ou, mesmo, contribuir na percepção de que todo o conhecimento sistematizado advém de uma ciência em estado perpétuo do refazer-se, constitui – nessa qualidade da pesquisa – a crítica da realidade e estabelece uma verdade.

69

○ mesmo pode ser dito das denominadas *pesquisas empíricas*, agora, com a especificidade de, ao proceder a um recorte do real, localizar contextos que também são capazes de pôr em questão outros estudos de lugares-comuns; indicar novas fronteiras do campo empírico e ainda a serem alargadas. Igualmente, a pesquisa empírica possui os seus méritos, dentre os quais, o principal consiste em permitir o (re)visitar reflexões de conceitos e de modelos teóricos pelo diálogo que se possa estabelecer com as informações que decorrem de experiências históricas e localizadas. E, por este caminho, são pesquisas que também realizam a crítica da realidade e estabelecem uma verdade.

Nos dois casos, *estados da arte* e *pesquisa empírica*, os parágrafos anteriores se encerram de modo idêntico porque tais perspectivas de estudo “realizam a crítica da realidade e estabelecem uma verdade.” Na pesquisa social, seja ela qual for, pouco se pergunta, entretanto, o quê constitui a realidade e o quê fundamenta uma verdade? ○ presente artigo procura algumas relações que se estabelecem entre a realidade e a verdade. Em outras

palavras, se o real e a verdade nem sempre são coincidentes, como ocorre a tensa relação de ambos?

1. Por uma definição do conceito de realidade

Inicialmente se faz necessário buscar uma definição, entre as várias existentes, do que seja a realidade. Ficaremos com a formulada por Karl Marx. Em seus *Manuscritos econômico-filosóficos* – talvez o menos marxista dos textos de Marx e as razões dessa opinião ficam para outro artigo – o autor afirma:

O caráter social é, pois, o caráter geral de todo o movimento; assim como é a própria sociedade que produz o *homem* enquanto *homem*, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu *modo de existência*, como em seu conteúdo; atividade *social* e gozo *social*. A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem *social*, pois apenas assim existe para ele como *vínculo* com o *homem*, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como *fundamento* de seu próprio modo de existência *humano*. Só então se converte para ele seu modo de existência *natural* em seu modo de existência *humano*, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza. (MARX, 1991, p. 169, grifos do autor).

Nesta citação vemos que a realidade se configura sempre como social e nos faz pensar que esse social não é sinônimo de coletivo. Ao contrário, o social não é um coletivo porque é interação e toda interação pressupõe algo que é comum (partilhado ou coletivo) e algo que é particular (pessoal ou individualizado). Assim, o social é – a um só tempo – interação do *meu eu* com o *eu do outro*, tornada possível porque há uma dimensão genérica e outra específica nesta interação, *pois apenas assim existe* [a essência humana] *para ele como vínculo com o homem, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele como vínculo com o homem*.



Desse modo o social como fundamento ou sinônimo da realidade nasce da interação dos seres humanos entre si, como também, da interação deles com o meio físico. É nesse processo que a natureza deixa de ser natural e torna-se, ela mesma, social. Para o ser humano, o simples olhar uma paisagem já a faz uma paisagem social. O que era simplesmente natural torna-se humano, *a sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza*. Assim, do mesmo modo que a natureza fez o ser humano este fez a natureza e ambos tornam-se sociais: a realidade só é realidade porque é social.

No quê esta conclusão é importante? Ora, descobrimos que não existe uma realidade anterior ao ser humano, como imaginava John Locke. Tampouco, a realidade é algo puramente relacionado à interioridade do ser humano, como aspirava Immanuel Kant. Para além destes, Marx percebe a dialética que constitui a realidade no movimento da interação do Ser com o seu Outro e de ambos com a natureza.

Resgatemos agora e com o objetivo de nos aprofundarmos um pouco, as teses do empirismo e do idealismo.

71

Todo homem tem consciência de que pensa, e de quando está pensando sua mente se ocupa de idéias. Por conseguinte é indubitável que as mentes humanas tem várias idéias, expressas, entre outras, pelos termos brancura, dureza, doçura, pensamento, movimento, homem, elefante, exército, embriaguez. Disso decorre a primeira questão a ser investigada: como elas são apreendidas? [...]

Primeiro, nossos sentidos, acostumados com os objetos sensíveis, levam para a mente várias e distintas percepções das coisas, segundo os vários meios pelos quais aqueles objetos os impressionaram. Recebemos, assim, as idéias de amarelo, branco, quente, frio, mole, duro, amargo, doce e todas as idéias que denominamos qualidades sensíveis. Quando digo que os sentidos levam para a mente, entendo com isso que eles retiram dos objetos externos para a mente o que lhes produziu estas percepções. (LOCKE, 1973, p. 165).

Na perspectiva do empirismo o real existe na medida que antecede ao ser humano. Existem objetos exteriores – a realidade – e que são a

matéria-prima de todo o nosso conhecimento. Os seres humanos atingem a realidade quando fazem uso das suas percepções sensíveis e presentes nas experiências que realizam no mundo. Não é o que diz Locke? “Quando digo que os sentidos levam para a mente, entendo com isso que eles retiram dos objetos externos para a mente o que lhes produziu estas percepções.” (LOCKE, 1973, p. 165). Como existe a possibilidade de retirarmos as idéias dos objetos que estão fora de cada um de nós e no momento que usamos os nossos sentidos práticos, é porque existe uma realidade fora de nós; conclui quem pensa junto com os empíricos. Por outro lado, é possível admitir que,

Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, na ordem do tempo, nenhum conhecimento precede em nós à experiência e é com esta que todo o conhecimento tem seu início. [...]

Se, porém, todo o conhecimento se inicia com a experiência isso não prova que todo ele derive da experiência ‘[...] há um conhecimento independente da experiência e de todas as impressões dos sentidos. Denomina-se a *priori* esse conhecimento e distingue-se do empírico, cuja origem é a *posteriori*, ou seja, na experiência.’ (KANT, 1994, p. 36-37).

Para os idealistas, mesmo que se possa aprender com aquilo que existe fora do ser humano, o conhecimento se faz pelo que está situado na interioridade da razão. *Há um conhecimento independente da experiência e de todas as impressões dos sentidos.* Ou seja, atingir o real ou, conhecer a realidade é possível quando nos voltamos a nós mesmos: a realidade está dentro de cada ser humano. A realidade é construída de modo imanente e apenas nas trocas realizadas pelas mais diversas subjetividades – a *intersubjetividade* – é que ela se fará objetiva e, portanto, exterior ao ser humano na constituição do mundo das coisas.



Superando as tensões dicotômicas em que, para alguns, a realidade é tudo aquilo que se encontra fora do ser humano e, para outros, a realidade é tudo aquilo que construímos a partir do modo como pensamos, está Marx, com a concepção dialética do real: tudo o que existe; experimentamos ou pensamos é humano e o humano é sempre social. A realidade não está nem fora e nem dentro porque a realidade é, simultaneamente, o fora e o dentro de tudo o que é social. É nestes termos que podemos afirmar que a realidade é algo que o ser humano constrói no processo da sua interação com o Outro e juntos, com a natureza.

Como nos diz Marx (1991, p. 167), “[...] a essência humana se converteu para o homem em natureza ou a natureza tornou-se a essência humana do homem. A partir desta relação, pode-se julgar o grau de cultura do homem em sua totalidade.” Tal concepção, além de reforçar a noção de que a realidade é sempre processo e jamais algo dado, permite entendê-la também como uma totalidade, isto é, o real não é apenas aquilo que ocorre aqui e agora ao meu lado como também o é condicionado ao que acontece ali e acolá, distante de mim. Não só o corrido hoje como também o ontem, pois o real contém a força do passado no presente.

Complementando, ainda na perspectiva de Marx (1976), é oportuno ver a idéia de construção da realidade como uma produção e aqui, não apenas em termos puramente econômicos, mas como algo caracteristicamente relacionado à vida humano-genérica, pois

[...] serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, 1976, p. 26).

A realidade definida como a produção da vida é, portanto, muito mais que a mera produção econômica dessa vida e sim, inclui todas as inter-relações presentes na produção material humana com a produção da subjetividade humana. É por essa razão que Marx (1991, p. 169) afirma: “[...] assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele.” De tudo que o dissemos, em uma só frase, a realidade é tudo aquilo que é produção social, de totalidade e histórica.

Admitir a definição do conceito de realidade como sinônimo de produção social, de totalidade e histórica, nascidas de situações interativas entre os seres humanos, implica concluir que, sem a existência do humano nenhuma realidade é possível, existe ou é autônoma.

2. Por uma definição do conceito de verdade

Com a definição do conceito de realidade é possível, agora, pensar acerca do significado da outra categoria em questão: a verdade. Entendo que a verdade é o estabelecimento de qualquer procedimento com o objetivo de atingir o real para explicá-lo. Em outras palavras, conhecer um aspecto da realidade é construir uma verdade. Aprofundemos!

É preciso dar-se conta que verdade e conhecimento apresentam-se como fatos intimamente ligados, pois todo conhecimento para ter de validade precisa afirmar-se como uma verdade e vice-versa. Desse modo é correto afirmar que a busca pelo conhecimento é a busca pela verdade. Aliás, esta é a etimologia da *philosophia* enquanto expressão do amor à sabedoria. Por outro lado, como existem diferentes conhecimentos, podemos defender que existem diferentes perspectivas da verdade, porém, nem todas elas são – historicamente ou socialmente – reconhecidas como verdade. Circunscritos a este artigo, discutiremos a verdade como integrante do conhecimento de senso comum e a verdade como integrante da ciência. Começemos, pois, com a questão que se afirma no âmbito da vida cotidiana.

○ senso comum se constitui como um conhecimento portador de valores, explicações, orientação da ação e projeções cognitivas associadas às práticas dos indivíduos na vida comum. ○ senso comum estabelece as verdades da vida cotidiana. Por meio desse conhecimento os seres humanos são capazes de atribuir significados e pensar o campo das práticas diárias e presentes nas relações sociais imediatas. Desse modo é possível admitir que o senso comum fundamenta-se no fazer diário da pessoa em interação com o fazer diário daqueles que, igualmente, participam das unidades mais próximas das relações sociais. Como afirma Martins,

○ senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a prece-



de, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles. Em princípio, não há um significado prévio, melhor dizendo, não é necessário que haja significações preestabelecidas para que a interação se dê. Um aspecto essencial dessa formulação é o de que esse complicado jogo se desenrola, de fato, em minúsculas frações de tempo. Se nos fosse possível observar o processo interativo em 'câmera lenta,' poderíamos perceber o complexo movimento, o complicado vai-e-vem de imaginação, interpretação, reformulação, re-interpretação, e assim sucessivamente, que articula cada fragmentário momento da relação entre uma pessoa e outra e, mesmo, entre cada pessoa e o conjunto dos anônimos que constituem a base de referência da sociabilidade moderna. (MARTINS, 1998, p. 4).

Para entender que a possibilidade de atingir a verdade não se encontra apenas no fazer filosófico como, também, está no conjunto das ações que estabelecemos em nosso dia-a-dia, é preciso ultrapassar a percepção que atribuí ao senso comum o "status" de conhecimento com pouco valor e, portanto, incapaz de formular uma verdade. Como bem o afirmou Martins, aquilo que é comum não é, necessariamente banal e sim, compartilhado – o senso comum como um conhecimento que circula; que atinge a todos; que é compreensível; que orienta a ação e a percepção cotidianas.

Caso admitíssemos que o senso comum é um conhecimento destituído de valor e que a verdade da qual é portador não passa senão de uma ilusão; fantasia ou pura ideologia da classe dominante e sem relação alguma com a realidade, então, porque os pesquisadores sociais cada vez mais lidam com método de pesquisa relacionado à história oral; à entrevista não-estruturada; à observação-participante de situações cotidianas e toda uma série de procedimentos que designamos por métodos qualitativos em pesquisas empíricas? É porque o senso comum encerra em si uma verdade que é digna de notação por uma comunidade de pesquisadores – portadora de outra verdade que advém de um outro conhecimento, o científico.

E qual a característica da verdade que se produz no interior do conhecimento de senso comum? No que essa verdade difere da verdade produzida no campo do conhecimento científico? Qual o ponto de intersecção

e de oposição entre a verdade que se anuncia por meio do senso comum e a que emerge na ciência? A verdade como integrante do senso comum é aquela que busca significar e, ao mesmo tempo, orientar as ações do indivíduo dentro das regularidades presentes na vida cotidiana. Como bem notou Agnes Heller ao dizer,

[...] se a assimilação das coisas e a assimilação do domínio da natureza e das mediações sociais é já condição de 'amadurecimento' do homem até tornar-se adulto na cotidianidade, o mesmo poder-se-á dizer no que se refere à assimilação imediata das formas de intercâmbio ou comunicação social. (HELLER, 1972, p. 19).

Em outras palavras, o senso comum possui uma verdade prática, verificada no campo das mediações e comunicação sociais. É uma verdade inserida, portanto, na esfera da reprodução e não da produção social. Exemplificando, é uma verdade relacionada à eficácia de procedimentos que lidam com os cuidados com o corpo; com a alimentação; com a locomoção e também, com a rotina de trabalho; com a imaginação e com o *sonhar-de-olhos-abertos*; com o lazer; com a religiosidade etc.

76

Menos inquiridor que a ciência e mais pragmático do que ela, o senso comum orienta o nosso estar no mundo e o nosso estar com os outros. Mesmo aquele ser humano que se dedica à elaboração do pensamento científico não é capaz de ser cientista por vinte e quatro horas diárias, pois certas ações cotidianas como o simples atravessar uma avenida, não podem ser realizadas em meio a atitudes críticas ou científicas. Caso calcule a distância, a velocidade e o tempo a serem vencidos com os meus passos em função da distância, da velocidade e do tempo a serem vencidos pelos automóveis ficaria o dia inteiro paralisado, sem poder cruzar a avenida.

Assim como não posso orientar-me pelas verdades científicas ao atravessar uma rua, também um pedagogo não pode orientar um grupo de professores por meio das suas opiniões de senso comum. Neste outro caso é a verdade científica que deve valer. Assim e respeitadas as especificidades entre estas duas tipologias da verdade, é possível admitir que a ciência não é superior ao senso comum, antes, são conhecimentos diferentes e adequados a realidades diferentes.



Vale enfatizar, a verdade nos contornos do senso comum é confirmada pela prática cotidiana, isto é, verdade é aquilo que funciona, aquilo que dá certo e aquilo que é aceito como correto pelo grupo social imediato e do qual faço parte. Em síntese é verdadeiro tudo o que produzir bons resultados. Nesse sentido e mesmo que a vida cotidiana se abra para a perspectiva genérica e possibilite vários questionamentos de ordem teleológica como, por exemplo, porque vivo? O que devo esperar da vida? Qual deve ser o meu destino? E outras tantas, são as atitudes pragmáticas que imperam e daí que, a verdade do senso comum tem um alcance limitado; circunscrito ao espaço da prática do indivíduo no enfrentamento de questões sociais particularizadas. Ir além da experiência imediata e mais, saber problematizar o vivido de modo a produzir uma visão de totalidade é atributo do conhecimento científico.

Na distinção entre saberes, é possível admitir que o senso comum orienta a ação cotidiana enquanto a ciência busca ultrapassar as fronteiras desse cotidiano ao observar; descrever; ordenar e explicar o extraordinário. Assim, mesmo que a ciência possa relacionar-se com a vida cotidiana é sempre na atitude de problematizar o cotidiano que encontramos qualquer ciência em sua gênese. É Gaston Bachelard que o diz,

No fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos. [...] O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é reposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 2001, p. 17-18).

Ao afirmar que todo conhecimento se elabora *contra* um conhecimento anterior, Bachelard, não pretende concluir que a ciência se afirma ao negar o senso comum. Em ciência não se trata de ir contra o conhecimento cotidiano, aliás, na maior parte das vezes o senso comum é simplesmente ignorado, pois a teoria avança ao relativizar a verdade contida nesta qua-

lidade do conhecimento. Ao contrário, trata-se em admitir que é verdadeira aquela ciência que é capaz de problematizar e superar a si mesma. Quando anuncia a importância de formular hipóteses porque *se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico*, Bachelard tem em sua mira a própria ciência, isto é, a verdade da ciência emerge quando a ciência é capaz de se perguntar sobre si mesma. Isso requer considerar o lugar do método na formação da verdade científica, pois só pode haver verdade se houver método.

A verdade presente na ciência está relacionada à certeza e à confiança dos pesquisadores em determinado método e este como uma maneira ordenada de pensar o real, isto é, com um modelo conceptual que é utilizado pela adoção de determinadas regras aceitas e validadas em uma comunidade de cientistas. Como nos diz Thomas Samuel Khun, reportando-se à história das ciências da natureza,

Uma teoria do movimento deve explicar a causa das forças de atração entre partículas de matéria ou simplesmente indicar a existência de tais forças? A dinâmica de Newton foi amplamente rejeitada porque, ao contrário das teorias de Aristóteles e Descartes, implicava a escolha da segunda alternativa. Por conseguinte, quando a teoria de Newton foi aceita, a primeira alternativa foi banida da ciência. Entretanto, mais tarde, a Teoria Geral de Relatividade poderia orgulhosamente afirmar ter resolvido esta questão. Do mesmo modo, a teoria química de Lavoisier, tal como disseminada no século XIX, impedia os químicos de perguntarem por que os metais eram tão semelhantes entre si, questão essa que a Química Flogística perguntara e respondera. A transição ao paradigma de Lavoisier, tal como a transição ao de Newton, significara não apenas a perda de uma pergunta permissível, mas também a de uma solução já obtida. (KHUN, 2001, p. 188).

As afirmações acima são indicativas do quanto uma ciência produz a verdade contextualizada e do quanto essa verdade repousa sobre o método utilizado para a explicação do real. Exemplificando em ciências humanas, é possível ao epistemólogo indagar que tipo de pergunta os adeptos da psicologia de Jean Piaget formulam e respondem, simultaneamente, que tipo de pergunta os seguidores da psicologia de Lev Semionovich Vygotsky, por sua vez, formulam e respondem? Por quê há épocas em que uma teoria proposta por um autor afirma-se mais do que a outra? A resposta a essa



indagação nos leva a pensar na transição de uma verdade à outra e que, tanto nas ciências da natureza como nas ciências humanas, não prescinde de aspectos da subjetividade humana e que, ironicamente, também fazem parte do senso comum.

○ cientista que adota um novo paradigma nos estágios iniciais de seu desenvolvimento freqüentemente adota-o desprezando a evidência formulada pela resolução de problemas. Dito de outra forma precisa ter fé na capacidade do novo paradigma para resolver os grandes problemas com se defronta, sabendo apenas que o paradigma anterior fracassou em alguns deles. Uma decisão desse tipo só pode ser feita com base na fé. Essa é uma das razões pelas quais uma crise anterior demonstra ser tão importante. Cientistas que não a experimentaram raramente renunciarão às sólidas evidências da resolução de problemas para seguir algo que facilmente revela um engodo e vir a ser amplamente considerado como tal. Mas somente a crise não é suficiente. É igualmente necessário que exista uma base para a fé no candidato específico escolhido, embora não precise ser, nem racional, nem correta. Deve haver algo que pelo menos faça alguns cientistas sentirem que a nova proposta está no caminho certo e a fim de alguns casos somente considerações estéticas pessoais e inarticuladas podem realizar isso. (KHUN, 2001, p. 198).

79

Desse modo, a psicologia piagetiana, que reinou entre numerosos adeptos no Brasil até fins da década de 1980, perdeu sua majestade à teoria vygotskyniana pela qualidade de perguntas e respostas que esse último modelo/paradigma ofereceu em relação às especificidades da aprendizagem das classes trabalhadoras em meio urbano. E isso foi até a um outro momento em que, muitos dos adeptos de Vygotsky voltam a dialogar com os problemas e soluções propostos no modelo de Piaget. A verdade da psicologia, nesse caso, é também uma verdade construída pela comunidade de cientistas.

Esse mesmo movimento pode ser visto quando, nas décadas de 1970 e 1980, Max Weber gozava de um desprestígio enorme entre os sociólogos brasileiros a ponto ser pouco estudado nas Universidades. No entanto, a partir de fins da década de 1990, esse clássico torna-se altamente prestigiado em seminários; pesquisas e apresentação de trabalhos em congressos. Esses poucos exemplos da psicologia ou da sociologia ocorrem em todos os campos da ciência. É por isso que podemos afirmar que:



[...] referir as obras de uma época às práticas da Escola é o mesmo que obter um meio de explicar não somente o que estas obras proclamam, mas também o que elas deixam de escapar na medida em que participam das simbologias de uma época ou de uma sociedade. (BOURDIEU, 2003, p. 212).

Em síntese, a verdade na ciência afirma-se em duas perspectivas inter-relacionadas e, a saber, 1) na funcionalidade dos modelos em resolver problemas teóricos ou empíricos e 2) na história de uma comunidade de cientistas. Ambos inserem-se num contexto maior, o da organização social de uma época.

3. Realidade e verdade: tensões na prática da pesquisa social

Uma primeira tensão é aquela que se manifesta na possibilidade de múltipla interpretação do real e, por isso, capaz de gerar designações tais como "teoria verdadeira" e "teoria falsa." Ao focarmos as Ciências da Educação, por exemplo, houve momentos que os paradigmas da psicologia predominaram nos procedimentos de compreensão dos fenômenos educacionais; noutros momentos observamos o predomínio da sociologia ou da antropologia ou da historiografia, entre outras.

Desse modo e ao definirmos que uma realidade é uma construção social e que a sua verdade correspondente é sempre uma forma de conhecimento, então, a construção e a interpretação dessa realidade implicam sempre na possibilidade da criação de várias verdades. A violência escolar apreendida pelos conceitos econômicos produz uma determinada verdade e ao mesmo tempo, essa mesma violência escolar compreendida pelos conceitos da psicanálise, produz uma outra verdade. Haveria um ponto de vista teórico, superior e melhor qualificado no lugar de um outro para a explicação violência escolar? Não creio! Isso permitiria dizer que todo o conhecimento é relativo? Ou, que toda forma de conhecer é válida?

Caso aceitemos o relativismo teórico/conceitual teríamos que admitir como verdadeiras as teorias que fundamentaram o racismo no final do século XIX. Acerca desta questão vale citar que:



A antropologia física automaticamente levava ao conceito de raça, já que as diferenças entre povos brancos, amarelos, negros, mongóis, caucasianos [ou qual fosse a classificação empregada] eram indiscutíveis. Isso não implicava em si mesmo nenhuma crença em desigualdade racial, superioridade ou inferioridade, embora quando combinado com o estudo da evolução do homem na base do fóssil pré-histórico certamente a sugerisse, pois os ancestrais mais identificáveis e mais remotos – principalmente o Homem de Neanderthal – eram claramente mais simiescos e culturalmente inferiores que os seus descobridores. Logo, se algumas raças existentes poderiam ser demonstradas como estando mais próximas ao macaco do que outras, não iriam provar a sua inferioridade? O argumento é frágil, mas era um apelo natural para aqueles que queriam provar a inferioridade racial. [...] o racismo atravessava o pensamento científico na transição do século XIX ao XX. O liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica diante da igualdade e da democracia, portanto, a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o triunfo do liberalismo, podia provar que os homens não são iguais. (HOBBSBWM, 1979, p. 275).

Ao discutir que não só existiu como ainda está presente a possibilidade da afirmação de uma verdade científica associada às práticas de dominação, como no caso das justificativas do racismo, Eric Hobsbawm demonstra os perigos do relativismo teórico, pois se a verdade é toda e qualquer interpretação científica da realidade, tudo o que for afirmado sob a perspectiva de um método é igualmente verdadeiro. Talvez o antídoto para o relativismo teórico e que se estabelece na tensão entre a realidade e a verdade, seja a reflexão teórica balizada pela história. Como nos diz outro eminente historiador,

Devemos defender não que a realidade histórica se modifique de época para época, com as modificações na hierarquia de valores, mas que o 'significado' que atribuímos a tal realidade se modifica dessa maneira [...] não é verdade que a teoria pertença apenas à esfera da teoria. Toda noção, ou conceito deve surgir de engajamentos empíricos e por mais abstratos que sejam os procedimentos de sua auto-interrogação, esta deve ser remetida a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência, e defender seus argumentos ante os juízes vigilantes no 'tribunal de recursos' da história. (THOMPSON, 1981, p. 53).

Repetindo, a tensão manifestada na possibilidade de múltipla interpretação do real com a designação de “teoria verdadeira” e “teoria falsa” não é resolvida pela simples aceitação da atitude relativista em ciência e que, nesse caso, proferiria que tudo é verdade desde que seja dito com método. Ao contrário, há sim uma ciência que não é verdadeira, ou melhor, existe a possibilidade da emergência de teorias que se afirmam associadas às práticas de dominação/manipulação e outras, que podem ser demonstradas como relacionadas aos processos de emancipação da humanidade frente às diversas formas de opressão. Isso, porém, transcende o campo da epistemologia e joga o cientista na arena política: é a história que torna uma teoria verdadeira.

Por isso, pesquisadores recorrem ao “tribunal de recursos” da história, como o indicado por Edward Palmer Thompson. E assim, podemos afirmar que pesquisar significa localizar evidências históricas a respeito do fato estudado e que, por si mesmas, demonstrem o inverídico contido em determinadas teorias. Afinal, ainda é desse modo que lutamos contra uma ciência racista; provando a sua falibilidade.

82 Uma segunda tensão diz respeito ao fato de que existem aspectos do conhecimento de senso comum que o articulam ao conhecimento filosófico e também, ao científico, pois na vida cotidiana nem tudo se apresenta estanque ou compartimentado. A vida cotidiana é um espaço de relações sociais e cujo pêndulo oscila entre a afirmação do ser humano como um *Ser particular* de um lado e o *Ser genérico*, de outro. Como afirmou a socióloga húngara,

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral [por exemplo, a escolha entre tomar um ônibus cheio ou esperar o próximo]; mas também podem estar moralmente motivadas (por exemplo, ceder ou não o lugar a uma mulher de idade). Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco [que vão sempre juntos] na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se



elevará (através da moral) à esfera da genericidade. (HELLER, 1972, p. 24).

Neste aspecto, e talvez apenas neste, é que se torna possível uma aproximação dessas idéias com as de Thompson quando, este último, propõe uma historiografia que leve muito a sério as formas cotidianas do conhecimento, pois se o senso comum contém uma moral e se essa moral se apresenta como o conflito entre o humano-particular e alienado com o humano-genérico e esclarecido, significa dizer que,

[...] toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada 'necessidade' há um afeto, ou 'vontade', a caminho de se transformar num 'dever' (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores; e que o projeto do Socialismo não está garantido POR NADA – certamente não pela 'Ciência' ou pelo marxismo-leninismo – e pode encontrar suas próprias garantias somente pela razão e por meio de uma ampla escolha de valores. (THOMPSON, 1981, p. 190, grifos do autor).

Portanto, estabelecer uma verdade científica é também considerar o diálogo com a verdade que nos é colocada pelo senso comum e dentro de experiências individuais e sociais, que emergem na tensão do particular com o genérico; do local com o nacional; do que é pessoal com a coisa pública, enfim, do cotidiano com a história. Essa talvez seja a maior defesa que se pode fazer em relação ao uso das metodologias qualitativas e do resgate da subjetividade na afirmação de uma pesquisa social.

Ocorre que o conhecimento comum sempre foi desqualificado na história ocidental. Definido mais por suas características de espontaneidade ou como produto das atitudes pouco reflexivas e associadas à mera curiosidade e opinião, muitos pensadores o desconsideraram como uma verdade. A esse respeito já se pronunciou,

Caso seja a curiosidade que faça o filósofo, verás que filósofos não faltam por aí, e entre eles encontrarás as criaturas mais estranhas. Todos os aficionados de espetáculos de deleitam em aprender e devem, portanto, ser incluídos. Também há os amadores de música, uma gente singularmente deslocada entre os filósofos; esses, por sua vontade, nunca viriam assistir a discus-



sões como as nossas, mas como se tivessem alugado as suas orelhas, correm de um lado para outro a fim de ouvir todos os coros das festas dionisíacas, sem perder nenhum, seja na cidade ou no campo. Acaso devemos chamar filósofos aos que têm tais gostos e outros do mesmo jaez, bem como aos aprendizes das artes mais mesquinhas? (PLATÃO, 1996, p. 123).

Mesmo sem utilizar o termo *senso comum* – não existente na língua grega clássica –, esse autor clássico deu indicações precisas de que o conhecimento do dia-a-dia não apresentava valor para a filosofia, pois o senso comum era atributo de “gente singularmente deslocada”, pessoas que agem [...] “como se tivessem alugado as suas orelhas [...]”, isto é, pessoas que não possuíam capacidade em defender uma idéia criticamente. Igualmente, séculos depois, um outro filósofo também desqualificaria o senso comum:

Crê-se muitas vezes que os fenômenos sociais devem ser muito fáceis de observar, porque são muito comuns, além de que o próprio observador, quase sempre, deles participa mais ou menos. Mas são precisamente esta vulgaridade e esta personalidade que devem necessariamente concorrer, com uma complicação superior, a tornar mais difícil esta espécie de observação, afastando diretamente o observador das disposições intelectuais convenientes a uma exploração verdadeiramente científica. (COMTE, 1978, p. 88).

Augusto Comte admitia que a observação científica dos fenômenos sociais requeria uma formação intelectual superior àquela presente nas pessoas comuns. Nesse caso, era necessário superar a “[...] vulgaridade e esta personalidade que [...] afastam o observador das disposições intelectuais convenientes a uma exploração verdadeiramente científica.” (COMTE, 1978, p. 88). Isso explica a evolução da sociologia positivista em direção a uma interpretação do social que fosse quantitativa, numérica e objetiva, contra uma sociologia da subjetividade; das escolhas de valor e dos métodos qualitativos.

O que é importante resgatar já foi indicado por um pensador social italiano, Antonio Gramsci, quando afirmou que a cultura popular:

[...] é estranhamente eclética: ela contém elementos da Idade da Pedra e princípios de uma ciência mais adiantada, preconceitos



de todas as fases da história em nível local e intuições de uma futura filosofia que será a da raça humana unida mundialmente. (GRAMSCI, 1978, p. 144).

E mais ainda:

Deve-se destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia seja algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são 'filósofos', definindo os limites e as características desta 'filosofia espontânea' peculiar a 'todo mundo'. (GRAMSCI, 1978, p. 11).

Estas duas últimas citações estão em direção oposta àquela apontada por Platão, de um modo, e por Comte, de outro. Isso não significa que Gramsci procurou igualar o senso comum à filosofia (e/ou à ciência) e afirmar que são idênticos. Quando Gramsci nota que todos são filósofos, ele usa o termo entre aspas e menciona a existência de uma filosofia não-intencional, espontânea. Com isso, o autor italiano busca defender que as diferenças entre filosofia e senso comum não nos autorizam a desqualificar o segundo.

A questão é, como a pesquisa social e qualitativa deve lidar com a tensão presente nas explicações sistêmicas do mundo e aquelas oriundas das práticas vividas. Talvez a resposta se encontre na postura do pesquisador quando este busca o diálogo entre as diversas formas do conhecimento, utilizando a ciência para interrogar o senso comum e utilizando o senso comum para interrogar a ciência. O cientista às voltas com aspectos do senso comum interroga-se quando, por exemplo, lida com uma entrevista de um grupo de alunos a respeito da violência escolar e dialoga epistemologicamente acerca dos conceitos teóricos com os conceitos empíricos, no decorrer de sua prática da pesquisa. O que esse gesto significa? Aprofundemos este exemplo!

Imagine um fragmento de *entrevista em grupo* realizada com alunos de determinada escola e a respeito do cotidiano escolar. Nesse caso, o interesse incide sobre o tema geral: *juventude e violência Escolar*. Diz o fragmento selecionado pelo pesquisador:



Pergunta: E por quê vocês não gostam da professora RM.

Aluna AG: Ela é muito bruta com a gente [...].

Aluno FR: É, se alguém não faz o exercício correto ela chama de burro.

Aluna AG: Outro dia ela entrou na sala e começou a escrever na lousa, escrever, escrever e a gente só copiando, copiando. Ai os bagunceiros da sala começaram a jogar bolinha de papel na gente, que senta na frente. A professora se virou, não falou nada só mandou a gente arrancar uma folha de papel porque ela ia dar uma prova, naquela hora. Ai eu falei que não era justo, pois não era todo mundo que estava bagunçando, ela não quis nem saber!

Aluno CP: É, ainda disse que ia tirar nota de quem reclamasse.

Pergunta: Isso que vocês falaram não tem relação com aquela história da pedrada que quebrou o vidro e quase atingiu essa professora?

Aluno FR: Não sei, pode ser, mas isso tinha acontecido uma semana atrás!

Aluno CP: É, é, acho que tem tudo a haver...

Aluna AG: Eu acho que não, ela é que é muito chata e não ensina direito, só quer repetir o aluno.

O fragmento de entrevista que aparece em destaque é elaborado por meio das representações de senso comum, mas é relacionado à ciência quando pensado à luz de conceitos teóricos. Por outro lado, cabe ao pesquisador localizar os conceitos emergentes do próprio senso comum. Desse modo, podemos afirmar que há duas modalidades de conceitos que devem surgir no momento da análise do material coletado e selecionado: a) conceitos prévios ou teóricos e b) conceitos empíricos. No primeiro caso são aqueles que não nascem diretamente do processo de análise do material selecionado e coletado.



Ao contrário, teóricas são as categorias que advêm de autores, cuja obra, o pesquisador foi lendo e estudando ao longo do processo de pesquisa e representam o ponto de vista de uma comunidade reconhecida de cientistas. No segundo caso, são conceitos criados pelo próprio pesquisador no momento da análise do material coletado e selecionado. São categorias que, ao permitirem o pesquisador distanciar-se criticamente do campo empírico, ainda possibilitam estabelecer um nexu entre a realidade investigada com os conceitos teóricos em uso na pesquisa.

No caso em questão, o *conceito de violência simbólica* de Bourdieu; Passeron (s.d.) indicaria que, na escola capitalista, as relações professor-aluno são mediadas por atitudes de reprodução da cultura de dominação em que, alunos da classe trabalhadora seriam vítimas de um processo cultural que os impede de ascender socialmente e, simultaneamente, sinalizam com a possibilidade dessa ascensão social via escolarização.

Nesse caso o aluno que fracassa na vida escolar acaba por realizar a *ideologia da competência*, isto é, fracassou por “falta de empenho” ou “incapacidade pessoal” e não por pertencer a uma classe social, que cumpre a função de contribuir no processo de acumulação do capital pela venda regular de sua força de trabalho. Professores, que reproduzem a *violência simbólica*, mesmo sem o saberem, têm atitudes que implicam no uso de uma linguagem que inferioriza o aluno. Professores promovem tais atitudes para, por exemplo, obterem o silêncio e o “bom comportamento” em sala de aula. Também costumam fazer uso das notas e provas mais como instrumento de punição e menos de avaliação. E desse modo o *conceito teórico de violência simbólica* contribui para análise e interpretação do exemplo em questão.

Assim, ao ter o domínio de conceitos prévios ou teóricos e frente ao material empírico que o pesquisador tem em mãos, é possível prosseguir e aprofundar a análise pela percepção dos conceitos empíricos. Por exemplo, o *conceito de violência reativa*, cuja definição seria, por exemplo, o conjunto das atitudes de jovens estudantes que se caracterizam por reagir à violência simbólica ao fazerem uso de agressões físicas e anônimas – “o laçar a pedra sobre a janela em que uma professora estava próxima”, como foi afirmado no fragmento de entrevista. Nesse caso, o conceito empírico de *violência reativa* não justifica a ação dos alunos, apenas indica que jovens estudantes – submetidos à pressão constante da *violência simbólica* – reagem com

estratégias que apenas reforçam a própria *violência simbólica* no interior da escola.

De outro modo, porém, é a forma que esses jovens encontram de resistir e contestar dentro do contexto de dominação a que estão submetidos. Essa outra idéia também transparece nas opiniões de senso comum dos alunos e deve ser incorporada na pesquisa. Esse é um exemplo de como é possível utilizar a ciência para interrogar o senso comum e, igualmente, é necessário o senso comum para interrogar a ciência. O resultado é o diálogo entre ciência, que produz conceitos teóricos como o de *violência simbólica*, com o senso comum, capaz de transparecer conceitos empíricos como o de *violência reativa*.

Neste momento e buscando concluir as questões levantadas neste artigo, vale destacar, que a realidade é uma construção social e que a sua interpretação assume o caráter de verdade sempre que corresponder a uma forma de conhecimento. Outrossim, a verdade emerge como integrante do senso comum e também como integrante da ciência. No primeiro caso, a verdade é aquela que busca significar e orientar as ações do indivíduo na vida cotidiana. Já, para a ciência, a verdade está sempre associada à funcionalidade dos modelos em resolver problemas teóricos ou empíricos e no seu vínculo com uma comunidade de cientistas.

Dentro dessas tentativas de conceituação é que tratamos de duas tensões presentes no fazer a pesquisa social. Uma primeira tensão é a que se manifesta na possibilidade de múltipla interpretação do real e, por isso, capaz de gerar designações tais como "teoria verdadeira" e "teoria falsa" e fazendo-nos refletir sobre a questão do relativismo em ciência. Uma segunda tensão diz respeito ao fato de que existem aspectos do conhecimento de senso comum que o articulam ao conhecimento filosófico e também, ao científico. Considerar os problemas advindos destas tensões permite localizar a prática da pesquisa em ciências humanas para além de seus fundamentos sistêmicos porque centrada nos dilemas sociais da história.



Referências

- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução C. Perdigão Gomes da Silva. Lisboa: Editorial Veja, s.d.
- COMTE, Augusto. Sociologia – Conceitos gerais e surgimento. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Comte**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HELLER, Agnes. **Cotidiano e história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. Tradução Luciano Costa Neto. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução Manuela Pinto dos santos e Alexandre Fradique Morujão. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).
- MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-9, maio. 1998.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. 5 ed. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Karl Marx**. Tradução Jose Carlos Bruni e José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores).
- _____. **A ideologia alemã**. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- PLATÃO. **A república**. Tradução Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



Paulo Meksenas
Prof. Dr. do Centro de Ciências da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Integra o Núcleo de Estudos de Educação e Sociedade Contemporânea
Florianópolis | Santa Catarina
E-mail | meksenas@linhalivre.net

Recebido 20 ago. 2005
Aceito 30 ago. 2005